

# A ordem é mesmo não gastar

**CARLOS CHAGAS**

"O mau sou eu." Meio em tom de blague, meio a sério, o ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, tem falado assim a seus companheiros de Ministério. Que descarreguem nele os ônus de reclamos e de necessidades pela falta de recursos e pela política de absoluta austeridade agora desencadeada. Ele sempre acrescenta dispor de resistência bastante para assumir o papel, enquanto for preciso.

Com uma semana de funcionamento da nova administração, não há hipótese de imaginar divisões de comportamento no Ministério, como, por exemplo, daquela tentadora, de que se existe um ministro "mau", existirão os "bons". Há unidade, especialmente em torno do documento que Tancredo Neves redigiu, antes de adoecer, e José Sarney leu, no último domingo. A ordem é mesmo não gastar, promover a austeridade e enfrentar a inflação da única forma que ela pode ser enfrentada. Dornelles repele a crítica de essa política estar contribuindo para a recessão, mas deixa claro que a espiral inflacionária não cederá de outra maneira. Colisa, aliás, que o presidente repetiu ao longo de sua campanha, em seu discurso depois de eleito e em seguidas entrevistas posteriores.

A ação do ministro da Fazenda desenvolve-se em dois planos: dentro e fora do governo. É preciso dar o exemplo, e outro objetivo não teve o corte de 10% em toda a despesa pública e a poibição de quaisquer nomeações até 31 de dezembro. Mas tem mais. Sexta-feira, ainda que ele nada tivesse declarado, soube-se que não gostou e não vai liberar recursos

para atender à sugestão de Aluísio Alves, ministro da Administração, de aumentar para 15 milhões de cruzeiros os salários dos ministros, que teriam, além disso, apenas as casas funcionais como vantagem, arcando com os encargos de manutenção. Dornelles acha que um aumento de tal ordem, mesmo justo, não teria como ser explicado à opinião pública, especialmente aos trabalhadores, envoltos em tantas dificuldades. Sua idéia é de que os salários ministeriais continuem como estão, em torno dos cinco milhões de cruzeiros, e que sejam ocupadas as casas funcionais, em Brasília, por questões de representação, de segurança e de tranquilidade. Quem não quiser, é claro, que não ocupe. A comissão das mordomias, por se constituir, zelará para evitar excessos.

Trata-se de uma gota d'água, para ele, mas importante do ponto de vista psicológico. Mais contundente terá sido o corte de 10% nas despesas públicas, necessário para que a Nação sinta que o novo governo entrou para valer. E para exigir. Porque as medidas tomadas de fora para dentro são igualmente imprescindíveis. O controle de preços, a suspensão dos financiamentos dos bancos federais, à exceção do Banco do Brasil e do Banco Central, a negativa de auxílio fácil às empresas em dificuldades, em especial quando tiver havido desídia, malandragem ou incompetência de seus responsáveis, até mesmo a punição e prisão para eles — tudo faz parte de diretrizes tomadas por Tancredo Neves.

É claro que, para a adoção de uma política assim, se torna necessário jogo de cintura, o exame de cada caso, de per si, principalmente quan-

do a questão envolver o plano social e atingir o trabalhador. Aproxima-se o 1º de Maio e, com ele, a fixação do novo salário mínimo. Haverá que atender às necessidades básicas dos assalariados, e os novos índices serão fixados a partir dos 100% de aumento sobre o INPC. De 166.540 cruzeiros, ele deverá passar a 333.080 cruzeiros ou, no máximo, a 340.000 cruzeiros. Exclui-se, portanto, a possibilidade de reposições e de correções de distorções anteriores, mas não se negará o imprescindível.

Entre outros ministros "maus", daqueles que possuem ingerência na questão econômica, dando suporte a Francisco Dornelles, citam-se João Sayad, do Planejamento, ao contrário do que se poderia supor, Roberto Gusmão, da Indústria e Comércio, e outros. Eles se dispõem, mais do que a respaldar o ministro da Fazenda, como os demais, a brandir também suas tesouras e seus tacapes.

Por causa disso, haverá ministros "bons"? Estarão organizando-se aqueles que reclamarão de público ou nas entrelinhas da imprensa por mais recursos, que lamentarão a impossibilidade de realizar obras, corrigir injustiças e até distribuir **benesses**, a exemplo do que aconteceu nos governos recentes?

Por enquanto, obviamente que não, mas a muitos se apresenta drama de invulgar intensidade. Afinal, a Nova República chega ao poder por conta da exaustão popular diante da corrupção, dos demandos e da incompetência da velha, mas, também, pelo estrangulamento social que reduziu a maior parte da população à pobreza. Outra não foi a tônica da pregação de Tancredo Neves.